

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: PROGRAMAS EDUCACIONAIS EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Gianna Andréia Ferreira Gobbi¹

Nara Moreira²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma breve história da educação profissional na época da expansão da industrialização no Brasil, e também retrata alguns aspectos da educação profissional na atualidade onde se observa a criação de vários programas educacionais criados pelo Governo Federal a fim de atender diferentes demandas da sociedade. É notável o atual desenvolvimento científico e tecnológico em nosso país, e citamos aqui alguns acontecimentos que mostram essa retomada de nosso crescimento social e financeiro. Neste momento de nossa história a educação profissional e de qualidade se torna um pilar para garantir oportunidade de trabalho para brasileiros que estão à margem deste desenvolvimento, mas que em um contexto socioeconômico não poderão ficar alheios a este. A Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, trata-se da busca pelo avanço na educação profissional para o nosso país. Em seu Art. 2º a Lei 11.892 determina: “Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas,(...)”. Vamos abordar algumas questões sobre os programas ofertados pelos Institutos Federais e também discutirmos algumas questões relacionadas as práticas pedagógicas desenvolvidas nesse âmbito. É nesse contexto que iremos desenvolver algumas reflexões neste trabalho.

Palavras-Chave: Educação profissional; Programas de educação; prática pedagógica.

ABSTRACT

This paper shows a brief history of vocational education at the time of the expansion of industrialization in Brazil, and also depicts some aspects of vocational education at present focusing on their challenges and inviting reflection. At this moment in our history education professional and quality becomes a pillar of support to ensure job opportunities for brazilians who are on the fringes of this development, but in a socioeconomic context can not be indifferent to this. With Law 11,892 of December 29, 2008, is hereby established the Federal Network Professional Education, Science and Technology, which creates the Federal Education, Science and Technology, and other measures, seeking federal revolutionize education in the country.

Keywords: Professional education; education programs; pedagogical practice.

1. IFTM.Pedagoga. Especialista em Direito da educação. Email: giannagobbi@iftm.edu.br
2. IFTM. Pedagoga. Especialista em Psicopedagogia. Email: naramoreira@iftm.edu.br

INTRODUÇÃO

Em nosso País entre os anos de 1840 a 1890 houve a formação da grande indústria têxtil no Brasil, neste mesmo período nos anos de 1870 à 1880 aconteceu a imigração massiva de trabalhadores que vieram de outros países em busca de melhoria de condições de vida, esse fenômeno social e demográfico, juntamente com o crescimento da industrialização e do mercado livre geraram a necessidade da criação de uma legislação para se organizar a classe produtiva no Brasil, surge então a justiça do trabalho no ano de 1939 (DECCA, 1991).

Em 1º de maio de 1943, através do Decreto-lei 5.452, foi criada a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, cujo o principal objetivo é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho. A CLT é o principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho e proteger os trabalhadores, seja o trabalho urbano ou rural. Desde sua criação ela já sofreu diversas alterações, sempre buscando adaptar-se às necessidades da sociedade.

Todo País teve em algum momento de sua história uma fase de reestruturação, na qual as classes sociais entram em conflitos para reforçarem suas posições e seus espaços, lutando por seus interesses e direitos. Em nosso contexto atual, onde já existem várias leis e direitos garantidos para os trabalhadores, é a qualificação da mão de obra mediante a competitividade e o crescimento do mercado que exige atenção por parte do nosso Governo.

É preciso levar em consideração o trabalho didático-pedagógico necessário para atender a esses programas, pois ele faz parte do desafio que os professores enfrentam em busca da oferta de um ensino de qualidade e com bons resultados nas avaliações. Os alunos atendidos por programas do governo como é o caso do Programa Certific e o Programa Mulheres Mil, compõem salas de aulas mistas, tanto em faixa etária quanto em grau de escolaridade, pois não há escolaridade mínima exigida para o candidato ingressar nesses programas. Vários desses alunos podem ser considerados analfabetos funcionais, e normalmente também não dominam nenhum tipo de conhecimento ligado a tecnologia, ou seja, podem ser também chamados de analfabetos digitais. Esses fatores dificultam o trabalho do profissional da educação, que terá que usar de técnicas e estratégias pedagógicas para despertar o interesse pela aprendizagem desse alunos. Abordaremos os programas citados anteriormente com maiores detalhes.

O crescimento socioeconômico de nosso país impõe para a educação profissional vários desafios, diante desse cenário surge algumas indagações, tais como: Qual é a principal missão dos professores e demais profissionais da educação? Como se dá a avaliação dos alunos atendidos pelos programas de educação profissional do nosso governo? Como está o desempenho no mercado de trabalho desses profissionais recém certificados? A educação profissional proposta pelos programas governamentais resolvem ou amenizam o problema de demanda dos profissionais em nosso País? Qual é o critério para se ofertar cursos através dos Programas de educação profissional? É importante questionarmos sobre os programas de educação profissional, criados pelo governo, que surgem no contexto social como uma solução para o “resgatar” brasileiros considerados a margem do avanço econômico do país. Essa forma imediatista de educar e profissionalizar atende a demanda da sociedade?

- **BREVE HISTÓRIA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL**

Não há como falar sobre educação profissional sem nos reportamos ao desenvolvimento industrial de nosso país, afinal ele é o impulso que gera a demanda para a criação de novas vagas escolares em cursos de educação profissional. No passado o progresso social e econômico no Brasil se deu com rapidez, passando de Monarquia a República e de um Estado Unitário a uma Federação, nesse período indústrias e estradas foram construídas e conseqüentemente o comércio e a industrialização foram favorecidos (SILVA, 1976).

A preocupação dos governantes com a educação profissional data de 1808, com o estabelecimento do “Colégio das Fábricas” instalado pelo poder público para atender os artistas e aprendizes vindos de Portugal juntamente com a família real Portuguesa. (MAGELA NETO, 2002).

No Brasil o crescimento no setor industrial se deu de forma acelerada, principalmente em algumas regiões mais desenvolvidas na atualidade, como é o caso do Sudeste. A sociedade até então apresentava uma nítida separação de classes, as organizações políticas e sociais ansiavam pelo crescimento do setor na esperança que trouxesse melhores condições de vida para os trabalhadores e cidadãos de uma maneira geral. Reportando ao tempo do império, quando da independência, que aconteceu no

ano de 1.822, a população brasileira era de aproximadamente três milhões de habitantes, com um imenso território, em grande parte desconhecido, havia um grande potencial para desenvolvimento econômico e social, mas também muitas incertezas. O crescimento industrial na primeira década do século XX, segundo dados industriais do ano 1907 a 1920, teve progressão acima das expectativas. Mesmo se levando em conta possíveis falhas dos censos realizados nesses anos, o crescimento industrial foi considerado surpreendente. O número de empresas quadriplicou do ano de 1907 a 1920, o capital empregado na atividade industrial no país quase triplicou, o número de operários quase duplicou e a força motriz quase triplicou, importante lembrar que todos os dados financeiros são em contos de réis, moeda da época. Nesse período fez-se necessário refletir e debater sobre a aceleração do crescimento social e econômico brasileiro o papel da educação profissional técnica no âmbito da formação de profissionais para atender a essa nova conjuntura (SILVA, 1976).

Magela Neto (2002, p.22) relata os incentivos públicos para o crescimento da área industrial:

A área industrial sempre foi contemplada com incentivos de toda natureza, inclusive financeiros, desde a criação em 1909 das Escolas de Aprendizes Artífices pelo presidente Nilo Peçanha e, a partir de 1969, pela fundação CENAFOR – Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional.

Nos primeiros tempos da intensificação do processo de industrialização no Brasil, na década de 20, operários enfrentaram uma dura realidade, com condições de trabalho subumanas e baixos salários. Havia crianças de cinco anos que trabalhavam nas primeiras indústrias, com o tempo passaram a ser empregadas as crianças de dez a catorze anos de idade. Duas relações opostas de trabalho já eram observadas nesse período, o trabalho manual e o trabalho intelectual, essa divisão diferenciava o valor salarial entre um e o outro. O trabalho manual era o menos valorizado, mas era o que a “massa” executava, era necessário para o desenvolvimento industrial, pois movimentava as fábricas (DECCA, 1991).

De 1930 a 1961 foi um período em que podemos considerar o acontecimento da implantação e consolidação da industrialização, houve grande evolução no período de 1840 a 1932 e alguns fatos importantes correlacionados da época contribuíram para essa expansão. As classes sociais ligadas à produção industrial, ao setor de serviços e a burocracia, estabeleceram entre si uma condição de “paz social”, ou seja, evitavam conflitos entre si, demonstrando dessa maneira uma maior estabilidade comercial. Isso

foi divulgado pela burguesia, com a persuasão de seus representantes no governo, colocaram essa situação como pré-requisito para a emancipação econômica do país, como uma forma de generalizar o bem estar social do povo (DECCA, 1991).

O movimento civil-militar de 1964 provocou o rompimento entre a burguesia industrial, a pequena burguesia e o operariado industrial, esses três segmentos antes estavam ligados em um empenho comum pela industrialização no país (DECCA, 1991).

Se refletirmos sobre os acontecimentos históricos podemos concluir que a implantação do salário mínimo, a criação da consolidação das leis trabalhistas em 1943 (CLT), a criação de sindicatos e de partidos políticos populares pela burguesia, todos esses acontecimentos contribuíram para formalização das relações capitalistas de produção. Atualmente o salário mínimo sofre um aumento de valor com uma periodicidade anual, isso demonstra que há interesse em se para manter o poder aquisitivo do mesmo.

• O BRASIL DO SÉCULO XXI – PLANOS PARA O FRANCO CRESCIMENTO

No Brasil do século XXI, durante o período do segundo mandato do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007- 2010) no ano de 2007 foi criado o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento que permaneceu no atual governo, da Presidenta Dilma Rousseff. Este programa tem como objetivo promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infra-estrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Trata-se de um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC visa aumentar a oferta de empregos e a geração de renda. Podemos citar como uma das grandes obras do PAC a inauguração da plataforma da Petrobrás P-59, que irá perfurar poços na costa brasileira. Com R\$ 55,1 bilhões investidos nesse eixo, o parque gerador brasileiro aumentou sua capacidade em 3.886 MW desde o início de 2011 e mais de 2,6 mil km de linhas de transmissão foram concluídos (BRASIL, 2012).

O PAC 2, assim chamado por ser uma sequência do primeiro PAC lançado em 2007, com previsão de execução entre os anos de 2011 a 2014, possui seis eixos de investimento, são eles: transportes, energia, cidade melhor, comunidade cidadã, água e

luz para todos e minha casa, minha vida. Para o pleno crescimento do País todos os eixos são importantes, mas é no eixo comunidade cidadã que serão investidos recursos para as áreas educativas e culturais. Não há investimento específico para a educação tecnológica, dentro da área da educação, o investimento será para creches e pré-escolas. Mas todos os demais eixos, que estão ligados a infra-estrutura e a criação de novos empregos vêm beneficiar o franco crescimento das escolas técnicas, que se tornarão cada vez mais necessárias para qualificar e capacitar os cidadãos como profissionais engajados nesse processo de desenvolvimento (BRASIL, 2012).

Como parte do contexto do desenvolvimento do Brasil, não podemos deixar de citar que o presidente da Federação Internacional de Futebol Associado -FIFA, Joseph Blatter, na data de 30 de outubro de 2007, anunciou o Brasil como país sede da Copa do Mundo 2014. Existe uma lista de exigências da FIFA para ser atendida antes da abertura da Copa do Mundo de 2014, as construtoras contratadas para fazer reformas e construir as infra-estruturas para atender ao público da copa do mundo, correm contra o tempo para entregar os projetos previstos pelo governo. As competições serão disputadas entre 12 de junho e 13 de julho de 2014.

Do total de 109 obras previstas na primeira matriz de responsabilidades, somente 14 foram entregues até o momento: os estádios Mineirão, Castelão, Fonte Nova e Maracanã, além de nove intervenções em aeroportos (quatro Módulos Operacionais Provisórios, os MOPs) e uma de mobilidade urbana, em Natal. O número de obras não iniciadas é grande. Sete obras foram excluídas da primeira matriz de responsabilidades, ou ‘lista da Copa’ como é chamada popularmente, pois não haveria condições nem tempo hábil para atendê-las, são elas: os monotrilhos de São Paulo e Manaus, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) de Brasília, além de mais três intervenções de mobilidade (em Curitiba, Natal e Manaus), e a ampliação da pista do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. Dos 76 projetos em andamento são 45 em mobilidade urbana, oito em estádios, 17 em aeroportos e seis em portos (Fortaleza, Natal, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Santos). O custo total da Copa do Mundo 2014 também sofreu mudanças desde janeiro de 2010, data da primeira Matriz de Responsabilidades. A lista, na ocasião, previa investimento na ordem de R\$ 23,53 bilhões. Depois, em maio de 2012, com a inclusão de projetos ligados à segurança, às telecomunicações e ao turismo, o valor chegou a R\$ 29,23 bilhões, mas com a exclusão das sete obras, anteriormente mencionadas, em dezembro no ano passado ocorreu um corte no montante. Agora, as

102 obras da Copa e os investimentos em segurança, telecomunicações e turismo custarão R\$ 25,52 bilhões. O governo federal é responsável por R\$ 14,99 bilhões. Os governos locais aplicarão R\$ 6,29 bilhões. A iniciativa privada, por sua vez, investirá R\$ 4,25 bilhões (SINAENCO, 2013).

Ao ponderarmos sobre o Brasil do século XXI concluímos que ele apresenta-se como um país em franco crescimento, o investimento em educação profissional é uma necessidade de nossa nação, a qualificação da população para atender toda essa demanda de mercado é um alicerce para sustentar toda essa expansão. Nossa inquietação é sobre o desafio enfrentado pelos profissionais da educação que estão à frente dessa missão de atender e avaliar alunos, qualificando-os como profissionais capazes de atuarem com responsabilidade em suas áreas de conhecimento, pois são esses alunos os “operários” dessa nação em processo de desenvolvimento e crescimento social e econômico.

Observamos que muito recurso tem sido investido na educação profissional, mas para ser executado em curto prazo de tempo. Leva-nos a pensar que é uma forma de “educação imediatista” isso pode trazer benefícios em curto prazo e também prejuízos em longo prazo, pois são muitos os alunos que não dão continuidade em seus estudos, valendo-se somente de cursos profissionalizantes por toda sua trajetória profissional.

- **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – PROGRAMAS DO GOVERNO**

À Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, diretamente ligada ao Ministério da Educação, compete planejar, coordenar, supervisionar, formular e implantar políticas de educação profissional e tecnológica, fomentando os programas educacionais no âmbito da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2013). É a partir das orientações, direcionamentos e recursos liberados através desta Secretaria que todas as escolas técnicas federais, e outras que participam dos programas através de edital, exercem seu papel na educação profissional. A seguir vamos abordar alguns dos programas lançados pelo atual governo federal e que são acompanhados e fiscalizados pela SETEC.

Programa Brasil Profissionalizado

Instituído pelo decreto Nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007 o Programa Brasil Profissionalizado objetiva investir recursos nas redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Dessa maneira o governo federal visa possibilitar a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, criando mais oportunidades de qualificação profissional e ao mesmo tempo aumentando a escolaridade da população, essa é também uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007).

Segundo divulgação do Ministério da Educação mais de R\$ 1,5 bilhão já foi conveniado para fomentar a implementação de ensino médio integrado à educação profissional nos estados. O dinheiro deve ser empregado em obras de infra-estrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Há uma estimativa que até o ano de 2014 o programa atingirá o repasse de recursos na ordem de R\$ 1,8 bi aos estados e municípios que ofertam educação profissional no país (BRASIL, 2013).

Para aderir ao programa Brasil profissionalizado o estado ou município deverá submeter a sua proposta a um comitê técnico, o mesmo irá se basear em metas, critérios de priorização e pré-requisitos fixados pelo FNDE para contemplar as propostas selecionadas. Com as informações repassadas para o Ministério da Educação é possível se fazer um diagnóstico do ensino médio, pois as propostas devem conter a descrição dos trabalhos político-pedagógicos, orçamento detalhado e cronograma das atividades a serem desenvolvidas no âmbito da educação profissional ao qual o recurso solicitado se destina. São informações pertinentes as propostas apresentadas pelos estados e prefeituras o incremento de matrículas, os indicadores sociais da região como, por exemplo, o analfabetismo, a média de escolaridade entre a população, o nível de desemprego, o nível de violência e criminalidade de jovens entre 18 e 29 anos, entre outros dados relevantes (BRASIL, 2007).

Em nossa opinião trata-se de um programa com destacada relevância social e política, já que estrategicamente para se obter recursos do governo federal, estados e municípios precisam antes de tudo traçar o retrato social dos mesmos e justificar com isso a demanda para ofertar os cursos. Quanto ao planejamento de execução caberá à SETEC analisar sua aplicabilidade e coerência, para que depois seja aprovada a proposta apresentada, seja pelo município ou pelo estado. Os professores e profissionais da educação que estiverem à frente desses projetos, a serem apresentados para SETEC

enfrentarão o desafio de levantar a demanda local, pois sem esse diagnóstico não haverá sucesso ou efetivo aproveitamento desse recurso para a população local. Ao mesmo tempo somente com um diagnóstico coerente a SETEC irá aprovar projetos apresentados.

Programa Certific

Foi lançado também o Programa CERTIFIC ou Rede Certific que oportuniza a certificação de saberes adquiridos ao longo da vida, regulamentado pelo Ofício Circular nº 62/2011 - GAB/SETEC/MEC, publicado em 28 de junho de 2011. Este programa é dirigido somente as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O objeto principal deste programa é certificar e aumentar o nível de escolaridade da população que trabalha de maneira informal ou como autônoma. Não é exigida do candidato nenhuma escolaridade para ingressar no programa, devendo este ser avaliado por uma equipe multidisciplinar e poderá receber seu certificado caso tenha o grau de escolaridade mínimo exigido para o perfil avaliado e também demonstre os saberes necessários para desempenhar seu trabalho. Para aqueles que não possuem a escolaridade mínima necessária para receber o certificado, serão convidados a concluir o grau de escolaridade dentro do programa, que oferta cursos de PROEJAFIC – Educação de jovens e adultos e formação inicial e continuada (BRASIL, 2011).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi instituída pela Lei No 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é um importante passo dado pelo governo federal para fomentar a educação profissional, dessa forma são ofertadas vagas em curso regulares nos níveis médio e superior para a população brasileira, e também vagas em diversos programas lançados pela política educacional do país (BRASIL, 2008).

Em novembro de 2013 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica-SETEC, realizou uma reunião com representantes do Programa Certific dos Câmpus dos Institutos Federais, que aderiram a este programa, para anunciar a sua reestruturação, ou seja, até que seja finalizado este processo de transformação os Institutos Federais deverão aguardar as orientações e o recurso a serem liberados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE através da SETEC (BRASIL 2013. Ofício Circular nº 113/2013-DPEPT/SETEC/MEC).

A sociedade espera que os professores dos Institutos Federais estejam preparados para ensinar, capacitar e avaliar, ou seja, formar profissionais preparados para ingressar no mundo do trabalho para atender aos diversos segmentos de mercado. Mas no caso específico deste programa o que acontece é que o candidato deverá comprovar sua experiência profissional dentro dos critérios de avaliação a serem aplicadas pela equipe multidisciplinar que irá avaliá-lo. Há então a problemática do choque da prática diária do trabalho com a teoria a ser observada pelos candidatos e também pelo professores avaliadores. Candidato e professor, durante o processo avaliativo, deverão ter sempre bom senso e compreensão de um para com o outro, e com certeza haverá muita troca de experiência e aprendizado entre ambos, em nosso entendimento somente assim o programa obterá êxito dentro de seus propósitos.

Os professores dos Institutos Federais que irão executar o Programa Certific enfrentam as mesmas dificuldades que os demais profissionais que lidam com a educação profissional de um modo geral, além destas, estes profissionais irão enfrentar outras específicas por desempenhar um trabalho inovador e pioneiro em nosso País. Com nossa experiência observamos que é na busca constante e dedicação diária que esses professores dos Institutos Federais vão superar suas dificuldades e obstáculos aprendendo com a própria experiência do fazer para executar da melhor forma possível esse programa.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC

Com a meta de oferecer oito milhões de vagas a estudantes, trabalhadores diversos, pessoas com deficiência e beneficiários dos programas federais de transferência de renda, o governo lançou o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao emprego. O PRONATEC é regido pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 e recentemente foi lançada a RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 23 de 28 de Junho de 2012 que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal e aos Estados, por intermédio dos órgãos gestores da educação profissional e tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC, bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2012. Os cursos ofertados no âmbito do Pronatec são em sua maioria na modalidade de Formação Inicial e Continuada – FIC, esses cursos tem uma duração mínima de 160 horas e máxima de 600 horas, são cursos de baixa

especialidade; mas também são ofertados cursos técnicos de nível médio que possuem carga horária mínima de 800 horas, sem contar a carga horária prevista para o estágio profissional supervisionado, ou seja, proporcionam maior especialidade nas áreas de conhecimento.

Outro importante diferencial deste programa é que ele atende também a população carcerária, trata-se do Pronatec Prisional, desenvolvido a partir de um termo de parceria firmado entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação e Cultura em fevereiro de 2013. Segundo dados do MEC foram reservadas noventa mil vagas para o Pronatec Prisional, a expectativa é atender presos em regime fechado, semi-aberto e aberto. Os cursos oferecidos no âmbito do Pronatec Prisional só podem ser na modalidade de Formação Inicial e Continuada - FIC, essa é uma exigência, como dissemos anteriormente esses cursos tem uma duração mínima de 160 horas e máxima de 600 horas e são cursos de baixa especialidade.

Segundo dados do Ministério da Educação até o ano de 2013 o Pronatec teve um número de matrícula de aproximadamente 5,5 milhões dessas, 392 mil são de cursos técnicos os outros são de cursos FIC. Em um mesmo período de tempo atendem-se muito mais alunos pelos cursos FIC do que pelos cursos técnicos, isso com certeza favorecem a oferta dessa modalidade de curso que em curto prazo pode atender a uma demanda mais urgente de profissionais.

Nesse contexto refletimos sobre o desafio dos professores em formar profissionais em um curto espaço de tempo, pois a proposta do Pronatec colocar ou recolocar no mercado de trabalho aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, para ingressar no programa é preciso que o candidato faça parte do cadastro único o chamado CADIÚNICO. Os professores que atuarão no Pronatec Prisional vão enfrentar outras dificuldades que esta prática exige, são várias as recomendações e procedimentos a seguir para aqueles que adentram um presídio, pois se trata de detentos em recuperação.

Programa Mulheres Mil

O programa mulheres mil visa promover a equidade, igualdade entre sexos, combater à violência contra mulher e acesso à educação, e objetiva contribuir para o alcance das Metas do Milênio, promulgada pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países. Ele foi instituído pela Portaria do MEC nº 1.015, do dia 21 julho de 2011,

publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de julho de 2011. Entre as metas do milênio estão a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental, todas elas vêm de encontro com o programa mulheres mil (Brasil 2011). O programa oferta vagas para mulheres que necessitem de elevação da escolaridade, bem como de uma profissionalização de acordo com a vocação econômica das regiões que em vivem. É estruturado em três eixos que são: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável; é executado através de um sistema de cooperação entre os governos brasileiro e canadense, no Brasil, é implementado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), Agência Brasileira de Cooperação (ABC), os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IF'S), Escola Técnica Federal, Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet) e o Conselho de Dirigentes dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF). O governo canadense é representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e a Associação do Colleges Comunitário do Canadá (ACCC) e Colleges parceiros. A SETEC tem como meta expandir o programa e implantá-lo em todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estimando a oferta de cem mil vagas em todo o Brasil até o ano de 2014.

Em nosso entendimento por ser um programa voltado somente para o público feminino as atenções deverão ser voltadas para os problemas enfrentados por este público, os professores e profissionais da educação que trabalham nesse programa deverão estar sensibilizados e também preparados para orientar e acompanhar de forma atualizada as alunas participantes desse programa.

- **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXO SOCIAL**

Ao refletirmos, podemos concluir que o trabalho pedagógico direcionado para atender os atuais programas de governo no âmbito da educação profissional exige muita dedicação e habilidade do docente. Em sua maioria os professores possuem qualificação técnica dentro de áreas específicas, e necessitam de orientação didática e material de apoio para lidar com os diversos tipos de alunos, como por exemplo, os que possuem

grau de escolaridade inferior ao fundamental completo, mas precisam desenvolver habilidades profissionais e se prepararem para o competitivo mercado de trabalho.

Preocupado com seu currículo o educador se especializa e investe cada vez mais em cursos, e dentro de um contexto de exigências de mercado passa a assumir um papel de “executivo” de sala de aula apresentando uma postura formal e culta. Sacristán (1991) destaca que o currículo é a expressão de todo um sistema de comportamento e valores e não apenas de conteúdo de conhecimentos. Porém para atender aos programas de educação profissional lançados pelo governo o diferencial se dá justamente na linguagem de fácil entendimento, no acolhimento e no respeito às limitações dos alunos atendidos por estes programas.

Com a urgência em se preparar mão de obra para atender as políticas governamentais a educação imediatista dificilmente alcançará o objetivo mais relevante da educação, que é o de transformar a realidade social dos cidadãos. A dualidade do trabalho manual e intelectual, conforme mostra a história, acaba por ser reforçada na promoção de uma educação imediatista, e nesse sentido devemos refletir a importância da educação ofertada através desses programas governamentais. Os cidadãos que estão sendo formados pelos programas governamentais, neste momento da história, conseguirão evoluir e se aprimorar com o constante movimento social de crescimento econômico e tecnológico? Essa é uma pergunta que nos leva a pensar sobre os resultados e sobre os reflexos futuros para nossa sociedade.

As qualidades morais, cognitivas, críticas e éticas, que desenvolvem as potencialidades humanas devem ser despertadas pelo educador no educando de maneira que o mesmo possa assimilar o seu poder de transformação dentro do contexto social, mas isso exige dedicação e tempo. As políticas educacionais e as metas governamentais, ao longo de nossa história sofrem brusca interrupção na execução de seus programas com a mudança de governo, essa instabilidade não permite que resultados significativos sejam alcançados, pois estes exigem um prazo maior para refletir mudanças na vida social dos brasileiros.

Segundo Lodi (2006), a oferta de educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, estratégia para o desenvolvimento socioeconômico nacional, revela-se um produto de construção coletiva, articulada institucionalmente e em sintonia com a demanda de trabalho.

Neste momento da história do país observamos uma nova imigração para o Brasil, noticiada por jornais locais, os estrangeiros, vindos do Haiti, estão chegando para trabalhar com mais frequência e a permanência destes ainda é regida pelo Estatuto do Estrangeiro, instituído em 1980, sob a ótica da Lei de Segurança Nacional (G1 ACRE REDE AMAZÔNIA, 2013). Assim instaura-se um novo olhar sobre a busca pela qualidade do ensino profissional, científico e tecnológico, pois os brasileiros não estarão “competindo” por uma vaga de emprego somente entre si, mas com estrangeiros também. Temos que considerar alguns fatores que influenciam na qualidade do ensino profissional, principalmente de cursos que atendem aos programas de governo, um deles é que o professor tem a responsabilidade de ensinar e avaliar alunos que compõem uma classe de nível de escolaridade mista. O Projeto Político Pedagógico (PPP) determina a identidade do curso ofertado, e deve constar também a forma de avaliação. O professor deverá respeitar o projeto político pedagógico, mas ele como profissional é quem avaliará de fato o desempenho do aluno, determinando se o mesmo está apto ou não a ser aprovado. O aluno merece uma avaliação justa, mas como avaliar esse cidadão de forma qualitativa, quantitativa e de forma justa? As informações quantitativas são importantes como precursoras, é a forma objetiva de se avaliar, mas não se pode perder a essência da subjetividade inerente ao gênero humano e sua experiência de vida. As informações qualitativas são ricas de relações e nos permitem aprofundarmos na complexidade dos fatos sociais. O professor deverá ter discernimento para saber avaliar esses alunos, pois como já mencionado, trata-se de um público muito complexo, misto e que exige muita cautela para ser avaliado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios impostos pela educação profissional, seja através dos programas governamentais lançados pela SETEC ou de cursos regulares, deixamos aqui nossas reflexões quanto a importância das estratégias didático-pedagógicas específicas que esta modalidade de educação exige. A formação disciplinar fragmentada e o ensino transmissivo conteudista não têm espaço nesse novo contexto que surge buscando um currículo integrado entre as disciplinas propedêuticas e as disciplinas técnicas e também um diálogo entre a teoria e a prática que contextualiza a formação humana e profissional. Pedagogos, docentes e profissionais ligados a área da educação profissional estão à frente de um desafio no seu trabalho cotidiano, mas é importante

que nossos governantes estejam atentos as dificuldades enfrentadas por estes profissionais, pois o sucesso dos programas ou das estratégias governamentais para educação profissional dependem da atuação dos mesmos. Uma educação transformadora está ligada sim ao trabalho, mas também está ligada a cultura da sustentabilidade, do empreendedorismo, Gramsci (1981, p. 144) afirma que:

Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.

Em nossa concepção o primeiro passo é ter com clareza a finalidade do resultado que se quer alcançar dentro das propostas para a educação do nosso País. A construção da cidadania emancipatória é um processo contínuo e dificilmente poderá ser concretizado através de programas de curta duração ou que sejam interrompidos bruscamente em meio a sua execução, antes mesmo que comecem a apresentar os primeiros resultados percebidos através de reflexos na sociedade. É preciso se traçar metas e manter os programas que estão dando resultados positivos, agregando valores e acrescentando o que precisar para fazê-los crescer, acompanhando o andamento dos resultados de maneira periódica. Nossa realidade social vem sendo desenhada durante toda nossa história, governo após governo, décadas após décadas, é necessário tempo e um trabalho sério de planejamento para que a tão esperada e proposta mudança social aconteça de forma digna e consolidada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007: institui o Programa Brasil Profissionalizado . **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007.

_____. Decreto-lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943: aprova a consolidação das leis do trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1943.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 : dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica). **Diário Oficial da União, Brasília**, 2007.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Apresentação da SETEC**. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=286&Itemid=799. Acesso em 7 de maio 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Ofício Circular nº 62/2011: fomento à implantação de programas interinstitucionais de certificação profissional – certific e formação de avaliadores em articulação com o programa brasil alfabetizado e com o programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – formação inicial e continuada (proejafic)**. Brasília,DF: **GAB/SETEC/MEC, 2011**. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/certific/pdf/oficio_circular_62_certific_2011-1.pdf> Acesso em 15 de maio 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Brasil Profissionalizado**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663> Acesso em 7 de maio de 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Mulheres Mil**. 2011. Disponível em: < <http://mulheresmil.mec.gov.br>.> Acesso em 15 de maio 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Rede Certific**. 2011. Disponível em: <<http://certific.mec.gov.br>.> Acesso em 20 ago 2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura. . SETEC. **Ofício Circular nº 113/2013 - DPEPT/SETEC/MEC, 2013:** Trata de convite para reunião para tratar da reestruturação da Rede Certific e Oferta pela Bolsa Formação Pronatec. 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao emprego**. 2011. Disponível em: < http://www.pronatec.m.gov.br/2012_2semestre.html.> Acesso em 03 de set. 2012.

_____. Ministério do Planejamento **PAC 2- Divulgação do 4 Balanço janeiro a abril/2012. Disponível em:** < <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanco> > Acesso em 20 de ago. 2012.

DECCA, Maria A. G. **Indústria, Trabalho e Cotidiano:** Brasil –1880 a 1930. São Paulo,SP: Atual, 1991.

FREIRE, PAULO. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra 1983.

G1 ACRE REDE AMAZÔNIA. **Imigrantes Haitianos**. Ao menos 1,1 mil imigrantes chegam ao AC nos últimos 15 dias. Disponível em< <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/04/ao-menos-17-mil-haitianos-chegaram-em-brasileia-nos-ultimos-15-dias.html> > Acesso em 09 abr. 2013.

GRAMSCI, Antonio. **La alternativa pedagógica**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

LODI, Lúcia Helena. **Ensino Médio integrado:** uma alternativa de educação inclusiva. In: Ensino Médio Integrado à educação profissional: Integrar para quê? Brasília: Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica, 2006.

MAGELA NETO, OTHÍLIO. **Quinhentos anos de história do Ensino Técnico no Brasil de 1500 ao ano 2000**. Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2002.

SACRISTÁN, J. G. O. **Currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre. Artmed, 1991.

SINAENCO – Sindicato da Arquitetura e da Engenharia. **PORTAL 2014**. Andamento das obras da Copa 2014. Disponível em: < <http://www.portal2014.org.br/infraestrutura/>.> Acesso em 06 de maio 2013.

SILVA,Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**, São Paulo,SP: Editora Alfa-Omega,1976.

WARDE, Mirian Jorge. **Educação e Estrutura Social:** a profissionalização em Questão. São Paulo, Cortez e Moraes, 1977.